

RECURSO EX-OFFICIO NOS DISSÍDIOS DE ALÇADA

Antônio Xavier da Costa (*)

Como é cediço, por força do art. 1º, inciso V, do Decreto-lei nº 779, de 21/08/69, nos processos perante a Justiça Especializada do Trabalho as sentenças que contrariarem, total ou parcialmente, interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividades econômicas, ficam sujeitas ao duplo grau de jurisdição, independentemente da interposição de recurso voluntário. Isto é, essas decisões só transitam em julgado após revistas pela instância superior.

Tecnicamente, o chamado recurso ex-officio não é recurso uma vez que o mesmo não é interposto pelo sucumbente ou vencido e, o juiz quando recorre de ofício não objetiva modificar a sentença mas, tão-somente, cumprir uma determinação legal. Porém, em sentido amplo, trata-se de recurso, pois a decisão está sujeita ao duplo grau de jurisdição, por expressa disposição legal, só transitando em julgado após apreciada pela instância superior.

Indaga-se, esse privilégio processual se aplica, também, no chamado dissídio de alçada previsto no § 3º, do art. 2º, da Lei nº 5.584, de 26/06/70?

Diz o art. 2º, § 3º, da Lei nº 5.584/70:

“Art. 2º - Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente da Junta ou Juiz, antes de passar à instrução da causa fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este for indeterminado no pedido”.

§ 1º - omissis

§ 2º - omissis

§ 3º - Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo não exceder de 2(duas) vezes o salário mínimo vigente na sede do juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato”.

No entanto, o primitivo § 4º, deste artigo, assim se expressava:

(*) Antônio Xavier da Costa - ex-Promotor de Justiça e ex-Juiz de Direito no Estado da Paraíba; ex-Juiz de Direito no Estado de Pernambuco.

Atualmente é Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 13ª Região e Professor Auxiliar de Prática Forense da Universidade Federal da Paraíba.

“§ 4º - Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso (CLT, art. 893), caberá das sentenças proferidas nos dissídios de alçada a que se refere o parágrafo anterior”. Sem o grifo.

Como se vê o legislador se referiu, expresso e exclusivamente, tão-somente, aos recursos elencados no art. 893, da CLT, excluindo, portanto, os demais recursos, inclusive, os de ofício que, em sentido amplo são recursos.

Entretanto, a Lei nº 7.402, de 05/11/85, ao introduzir modificação na citada Lei nº 5.584/70, excluiu a expressão “(CLT, art. 893)”, passando o referido § 4º, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios de alçada a que se refere o parágrafo anterior, considerando para esse fim, o valor do salário mínimo à data do ajuizamento da ação”.

Portanto, no meu modesto entender, a partir da vigência da Lei nº 7.402/85, as decisões proferidas no âmbito da justiça do trabalho, contra as pessoas jurídicas de direito público elencadas no art. 1º, do Decreto-lei nº 779/69 nas causas cujos valores atribuídos à data do ajuizamento da ação, não ultrapassem a dois salários mínimos, são irrecorríveis - não cabendo, nem mesmo recurso ex-offício - salvo se ofenderem a Constituição Federal.

Ressalte-se que, por inexistir omissão - art. 769, CLT - o disposto no art. 475, inciso II, do CPC, que dispõe estar sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado e o Município, não se aplica subsidiariamente ao processo do trabalho, mesmo porque este dispositivo é menos abrangente uma vez que excluiu as autarquias e as fundações de direito público.

Na doutrina, o consagrado Mestre e Magistrado Valentin Carrion, in “Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho” - legislação complementar, jurisprudência - 1995, 19ª edição atualizada, pág. 711, comentando à respeito esclarece:

“O Recurso “ex officio” é interposto pelo próprio juízo que prolate a sentença e é exigência de duplo grau de jurisdição, quando forem vencidos total ou parcialmente, as pessoas jurídicas de direito público que não explorem atividades econômicas(DL-779/69). Ocorrendo esta hipótese em causa de alçada exclusiva, há um conflito aparente entre os dois princípios, o de proteção à fazenda pública(DL-779/69) e o da celeridade processual(Lei nº 5.584/70); a doutrina, sem

ser uníssona, e a jurisprudência se inclinam no sentido de exigir a dupla instância, inclusive nas ações de alçada...”.

Na jurisprudência, o assunto é polêmico nos Tribunais Regionais do Trabalho.

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho desta 13ª Região, vem se posicionando no sentido de que não cabe recurso ex-officio nos dissídios de alçada, envolvendo entidades públicas, sem fins lucrativos, conforme ementas a seguir transcritas:

“Não conheço do recurso ordinário nem remessa necessária por questão de alçada. Acórdam os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, por unanimidade, não conhecer de ambos os recursos, face o valor de alçada”. Acórdão nº 1.255 prolatado no RO nº 030/89, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em que foi Relator o Juiz Raimundo de Oliveira.

“Decisão. Alçada. Irrecorribilidade. Irrecorrível é a decisão proferida em processo cujo valor de alçada não atinge o dobro do salário mínimo vigente no momento do ajuizamento da reclamação. Exegese do art. 2º, § 4º, da Lei nº 5.584/70. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, por maioria, preliminarmente, não conhecer da Remessa Necessária por se tratar de processo de alçada exclusiva da Junta, vencida a Juíza Revisora e contra o voto do Juiz Edvaldo de Andrade que rejeitavam a preliminar. João Pessoa, 15 de maio de 1996”. Acórdão nº 27961 - Reo - 227/96 - Município de Queimadas. Relator: Juiz Haroldo Coutinho de Lucena.

“ALÇADA. IRRECORRIBILIDADE. A alçada fixa a competência exclusiva do órgão judiciário de 1º grau, inviabilizando qualquer recurso, salvo em se tratando de matéria constitucional. Sendo a ação inferior ao dobro do salário mínimo à época do seu ajuizamento, e não versando sobre matéria constitucional, ao recurso voluntário não cabe conhecimento por parte da instância “ad quem”. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, por unanimidade, preliminarmente, não conhecer do recurso, por se tratar de processo de alçada exclusiva da Junta. João Pessoa, 23 de maio de 1996”. Acórdão nº 28060 - RO - 137/96. CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento. Relator: Juiz Edvaldo de Andrade.

Nessa mesma linha decidiu o TRT - 10ª Região, verbis:

“Valor da Causa. Recurso de Ofício. Não se conhece da remessa oficial, quando se tratar de processo de alçada exclusiva da junta. Aplicação analógica do princípio contido na Lei nº 6.032/74 (TRT - 10 - RO - 5.333/89)”. Ac. 2ª T. 2.276/90 - Rel. Juíza Maria Vieira de Freitas; DJU 18/10/90; p. 24.523.

Em decisão diametralmente oposta a 1ª Turma do colendo TST, no RR - 41.735/91.4 em que foi relator o Min. Indalécio Gomes Neto, assim se pronunciou, *verbis*:

“RECURSO EX OFFICIO - PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO INTERNO.

- Reexame obrigatório das decisões que lhe sejam total ou parcialmente contrárias.

Em alguns casos, a existência de interesse público relevante torna obrigatória a reapreciação da matéria julgada no juízo de primeiro grau. É o que ocorre nas hipóteses do Decreto-lei 779/69, com relação à União, aos Estados, Municípios, Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.

Os privilégios instituídos no referido Decreto-lei não se chocam com o princípio de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, previsto no artigo 5º, caput, da Constituição Federal, pois o que se visa com este princípio é o tratamento de igual forma para todos que estejam em idêntica situação, prevenindo o cidadão contra o arbútrio e a discriminação infundada.

Com relação aos órgãos públicos, o próprio constituinte permite que o legislador infraconstitucional estabeleça tratamento diferenciado ao dizer, no art. 173, parágrafo 1º (Constituição Federal) que só estão sujeitos ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, quando explorem atividade econômica. Assim, caracterizadas as hipóteses previstas no Decreto-lei 779/69, as sentenças só produzem efeitos depois de confirmadas pelo Tribunal”

Porém, a matéria foi pacificada pelo Precedente Jurisprudencial da Sessão Especializada em Dissídios Individuais do colendo TST, *verbis*:

“Alçada - Cabimento Apenas da Remessa de Ofício - Dec-lei nº 779/69 e Lei nº 5.584/70.”

E-RR 30720/91, Ac. 2649/93, DJ 12.11.93 - Min. Cnéa Moreira, Decisão unânime - Fonte: Ltr 60-05/664.

E-RR 10871/90, Ac. 3541/94, DJ 27.10.94 - Min. Vantuil Abdala, Decisão unânime.

CONCLUSÃO

Por tudo isso, sempre entendi que nos dissídios de alçada, as entidades públicas mencionadas, não têm o privilégio da interposição do recurso ex-offício, face a restrição imposta pelo § 4º, do art. 2º, da Lei nº 5.584/70, com a nova redação dada pela Lei nº 7.402/85. Reconheço, no entanto, que a matéria não merece maiores

discussões, em face do Precedente Jurisprudencial da SDI do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

DA TUTELA ANTECIPADORA NA AÇÃO RESCISÓRIA

Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega (*)

Registre-se em primeiro lugar que a ação rescisória somente alcança sentenças transitadas em julgado.

Partindo desta premissa, cumpre-nos indagar se é possível realizar a possível realizar a antecipação da tutela em face da coisa julgada material.

Trabalhos existem eliminando a possibilidade de tutela antecipatória em ação rescisória, abordando os aspectos em torno da validade da preeminência jurídica e axiológica sobre a coisa julgada.

No entender da autora deste trabalho dentre muitos, merecem destaque os ensinamentos do grande conferencista Manoel Antônio Teixeira Filho e do jurista Sebastião Machado Filho.

Em sede de rescisória não se justifica o adiantamento da tutela posto que já existe um provimento da jurisdição contrário aos interesses do autor, proclamando a inexistência do direito material por ele pretendido, o qual, além de tudo, já se submeteu ao fenômeno jurídico da coisa julgada material.

Para Sebastião Machado Filho, não pode a decisão antecipada substituir uma outra transitada em julgado, que tem eficácia executória definitiva, em razão do princípio de que o definitivo não pode ser preterido pelo provisório.

A antecipação da rescisão com novo julgamento daria - em juízo rescindens - apenas efeito provisório à rescisão da coisa julgada rescindenda, donde não ter o condão de prevalecer sobre a vigência e a validade desta última; e - em juízo rescisorium - eficácia executória emprestada, sendo também provisória, não pode impedir o prosseguimento da execução da coisa julgada, esta de eficácia executória definitiva". (Sebastião Machado Filho, Revista LTr 60 - 02 - Antecipação da Tutela e Ação Rescisória, 1996, p. 158).

(*) Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega é Juíza do Trabalho Presidente da 3ª J.C.J. de João Pessoa (PB) - TRT/13ª Região